

LIDO NA SESSÃO

Nº 538, DO DIA



Muito
mais
conquistas

Recebido
11/12/25
Jorge

11/12/25
MENSAGEM Nº 055/2025, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025

PRESIDENTE

ENCAMINHO A COMISSÃO:

JUSTIÇA E REDES

FINANÇAS E ORÇAMENTO

Data: 11/12/25

PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores,
Excelentíssimos Senhores Vereadores,
Excelentíssimas Senhoras Vereadoras,

Submeto à apreciação dessa Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei que revoga expressamente os §§ 8º e 9º do art. 14 da Lei Municipal nº 489/2007, mantém os §§ 5º e 6º da redação original do referido artigo e o § 7º com a redação dada pela Lei Municipal nº 820/2023, bem como revoga os arts. 2º e 3º da Lei Municipal nº 820/2023, harmonizando o ordenamento previdenciário municipal às disposições introduzidas pela Lei Municipal nº 891/2025.

A presente proposição tem por finalidade eliminar incompatibilidades formais e materiais decorrentes da superveniência da nova legislação de custeio, garantindo segurança jurídica e clareza interpretativa

Embora o art. 2º, §1º, do Decreto-Lei 4.657/42 estabeleça que a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior, o §2º do mesmo artigo prevê ressalva relevante: a lei nova, dispondo de modo geral, não revoga a lei anterior que estabeleça disposições específicas.

Ocorre que os parágrafos ora submetidos à revogação expressa, tratam de matérias específicas relativas ao custeio previdenciário então vigente, enquanto as alterações trazidas pela Lei nº 891/2025 possuem natureza predominantemente geral, traçando o novo regime contributivo de forma abrangente. Dessa forma, à luz da lei de introdução às normas do direito brasileiro - LINDB, poderia subsistir interpretação pela qual tais parágrafos específicos permaneceriam formalmente válidos, a despeito da edição da nova lei geral, o que geraria inequívoca insegurança normativa.

A situação é agravada pela disciplina da Lei Federal nº 12.002/24, a qual estabelece as normas de redação e alteração de atos normativos. Conforme seu art. 14, VII, a) e e), na revogação de dispositivo, é obrigatório o uso de linha pontilhada indicando a alteração e sua ausência não dispensa a obrigatoriedade da revogação expressa.

Desse modo, a Lei Municipal nº 891/2025, ao não explicitar a revogação dos §§ 8º e 9º do art. 14 da Lei nº 487/2007, a manutenção dos §§ 5º e 6º do mesmo artigo com a redação original e o § 7º com a redação dada pela Lei Municipal nº 820/2023, acabou por produzir uma zona de ambiguidade interpretativa, na qual seria possível sustentar, sob enfoque hermenêutico conservador, a continuidade de vigência desses dispositivos específicos.

Diante desse cenário, impõe-se a adoção de medida legislativa saneadora, capaz de eliminar qualquer dúvida sobre a eficácia normativa do regime de custeio previdenciário municipal, assegurando coerência interna ao sistema, respeito ao princípio da legalidade, e previsibilidade administrativa.

A revogação expressa proposta no presente Projeto de Lei tem, portanto, o objetivo de pacificar o entendimento jurídico, alinhando o texto da legislação de 2007 ao novo regime instituído em 2025, ao mesmo tempo em que evita interpretações conflitantes que possam comprometer a segurança jurídica do RPPSV e a regularidade dos atos administrativos dele decorrentes

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Vereadores para a aprovação da matéria, considerada essencial para consolidar o novo marco de custeio previdenciário municipal e garantir sua plena conformidade técnica e normativa.

Renovo votos de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente,



EURICO JOSÉ CARNEIRO FONTENELE ARRUDA
PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 055, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025

“Revoga os §§ 8º e 9º do Art. 14, da Lei Municipal nº 489, de 22 de outubro de 2007, revoga os arts. 2º e 3º da Lei Municipal nº 820, de 28 de dezembro de 2023 e dá outras providências.”.

O PREFEITO DE VIÇOSA DO CEARÁ-CE.

Faço saber que a Câmara Municipal de Viçosa do Ceará aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam revogados os §§ 8º e 9º do art. 14 da Lei Municipal nº 489/2007, permanecendo vigentes os §§ 5º e 6º da redação original e o § 7º, com a redação conferida pela Lei Municipal nº 820/2023, devendo o referido artigo ser interpretado conforme a redação conferida pela Lei Municipal nº 891/2025, acrescida dos mencionados §§ 5º, 6º e 7º.

Art. 2º Ficam revogados os arts. 2º e 3º da Lei Municipal nº 820, de 28 de dezembro de 2023.

Art. 3º Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2026.

PAÇO DA PREFEITURA DE VIÇOSA DO CEARÁ, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2025.



EURICO JOSÉ CARNEIRO FONTENELE ARRUDA
PREFEITO